

ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA PRODUÇÃO SOBRE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS NO ENANPAD: EVIDÊNCIAS DE UM DISCURSO MONOLÓGICO

Sérgio Moretti¹
Julio Figueiredo²

Resumo

Esse artigo busca demonstrar por meio de uma análise bibliométrica que existe uma reprodução das abordagens de poucos autores no campo de estudo da Responsabilidade Social das Empresas - RSE. Para atender a esse propósito selecionamos artigos no âmbito do EnANPAD entre os anos de 2003-2006. Verificou-se que se um determinado artigo estiver classificado em um dos grupos do universo considerado, a probabilidade de que sejam citados artigos dos autores próximos a esse grupo de conhecimento é ampliada.

Palavras-chave : Responsabilidade Social das Empresas, Análise Bibliométrica,, Análise de Correspondência.

Abstract

This paper intends to demonstrate through a bibliometric analysis that the field of Corporate Social Responsibility (CSR) in Brazil reproduces the work of a few groups of authors. To support this hypothesis we analyzed the citations of the articles published in the annals of the Brazilian Academy of Management (EnANPAD) during the period of 2003-2006. We found that if a certain article is classified within a certain group of authors, the citation probability of other articles and authors within this group is increased.

Keywords: Corporate Social Responsibility, Bibliometric Analysis, Correspondence analysis.

¹ Professor-pesquisador dos programas de Mestrado e Doutorado em Administração do PPGA/Uninove. E, também, da Fundação Dom Cabral, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Escola Superior de Propaganda e Marketing. E-mail: sergiomoretti@uol.com.br

² Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Professor extra-carreira do Departamento de Administração da Produção e de Operações da Escola de Administração de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP). Pesquisador nas áreas de Modelagem Empresarial e Métodos Quantitativos Aplicados. E-mail: jfigueiredo@espm.br

Introdução

O objetivo deste artigo é demonstrar que existe uma reprodução do discurso de uns poucos autores no campo da responsabilidade social das empresas (RSE) e que a escolha dos temas pelos pesquisadores da área tem se concentrado nos aspectos operacionais, ou seja, na gestão social em si, e muito pouco no fundamental, evitando uma discussão mais profunda sobre suas razões e motivos. Buscamos analisar os anais do Enanpad no período de 2003 a 2006, no qual os artigos sobre o tema foram reunidos sob a rubrica da gestão social e ambiental, com o propósito de verificar a hipótese inicial. Os resultados foram, no nosso parecer, favoráveis à confirmação de que existe um processo de institucionalização do debate em torno da prática e aplicação das ações sociais e pouca disposição para a reflexão conceitual sobre sua adoção.

A excessiva concentração do debate atual em torno de qual ação é mais adequada ou qual é o *best way* da gestão social das empresas, não faz justiça à importância do problema. Ao concentrar os esforços na face operacional da questão, perde-se o valor epistemológico que seria propiciado pela investigação mais sistemática e crítica sobre suas causas. Buscar compreender, na maioria dos casos, o funcionamento, a aplicação e o aperfeiçoamento de programas de ação social por parte das empresas resulta, quase sempre, na melhoria de processos e numa forma mais eficiente (*know how*) de gestão. A ausência de uma investigação mais pertinente, questionadora das razões e implicações, ou seja, do que é mais eficaz (*know what*), tangencia a questão fundamental e escapa do problema estratégico, que é a discussão sobre o papel das empresas em relação aos problemas sociais, situação que as favorece e possibilita o império do discurso monológico sobre o processo como um todo (GOMES; MORETTI, 2007, cap.3).

Pesquisadores anteriores, no âmbito do Enanpad, deram importantes contribuições a esse campo de estudos, podendo se estabelecer como novas referências, que, em nosso parecer, foram pouco utilizadas posteriormente. Todos eles estão presentes em nossa amostra. Curado (2003) trabalhou as questões de autoridade, relacionando esse conceito com os fundamentos da responsabilidade legal e compromisso social do empresariado. Suas conclusões foram facilitadas pela ampla utilização das pesquisas, como a do Ipea, realizada em 2000 e do Instituto Ethos realizada em 2001, por meio das quais pôde corroborar seu argumento. É difícil compreender a razão da pouca utilização das referidas pesquisas por outros pesquisadores. Ventura (2003) dedicou-se a analisar a proposta de Boltanski e Chiapello (2002) sobre o “novo espírito do capitalismo”. Com o respaldo de Weber (2004), pôde estabelecer um ponto de partida para a RSE, pela necessidade de justificar a atuação das empresas pelo seu interesse social, uma prova de boa vontade e um ajuste do sistema capitalista aos novos tempos de pressão social. Kreitlon (2004) demonstrou que a abordagem monológica, e predominante da RSE, evita qualquer questionamento mais aprofundado e que o argumento de uma empresa ética parece bastar por si mesmo para justificar o movimento. A filantropia ainda impera, e o que se percebe é a preocupação de resguardar a imagem de compromisso com a sociedade, maior do que a ação social em si. Todos esses autores poderiam estar mais presentes no *corpus* dos trabalhos posteriores, mas não foi isso o que se viu. Algumas exceções vêm a seguir.

Passador, Canopf e Passador (2005) pesquisaram as principais abordagens utilizadas pelos artigos publicados nos anais do Enanpad até 2004. Dizem os autores, que

na mídia, nos discursos de empresários, e até mesmo em trabalhos, vê-se o tema da responsabilidade social apresentado com um único entendimento: o de responsabilidade das empresas com a sociedade onde estão inseridos. (Ibidem, p.1)

O artigo revela que os autores pesquisados têm em comum o entendimento de que por exigência da sociedade, “a simples reprodução de um discurso não contribui para a formação de uma sociedade melhor” (Ibidem, p.14-15). O artigo também propõe um *continuum* de classificações para a RSE, que varia do modismo até a obrigação, passando pela legitimidade e a ética, bastante útil para engrossar a lista dos poucos pesquisadores que procuram trabalhar os modelos.

Macke e Carrion (2006), com uma bibliografia bastante distinta da média dos outros artigos, propõem que seja incluído no debate o conceito de capital social, impondo uma perspectiva interdisciplinar no campo de estudos da RSE, questão justificada pela complexidade dos vetores envolvidos em sua elaboração, conforme já havíamos proposto na introdução. A vertente econômica obscurecida pelo tratamento operacional sob o qual a RSE tem sido analisada não considera a importância de todos os outros aspectos negligenciados, pois

o tratamento de problemas sociais complexos não se resume em uma gestão eficiente dos recursos financeiros e que a produção de transformação social vai além da implementação de programas sociais. (MACKE; CARRION, 2006, p.15)

A taxionomia de Pereira e Campos (2006) para os diversos modelos conceituais propostos (ver bibliografia na tabela 3) também é digna de nota, constituindo uma excelente referência para futuros trabalhos nessa área, que esperamos ultrapassem a atual zona de conforto que os resultados parecem mostrar. Para os autores, “as definições acerca da responsabilidade social não demonstram pleno consenso teórico, em função do contexto sociocultural e econômico em que cada uma delas foi concebida” (PEREIRA; CAMPOS, 2006, p.13).

A contribuição dos autores já brevemente apresentados aqui nos leva a sugerir a ampliação do debate para a estrutura do sistema e os fundamentos sobre os quais ele está sustentado. Se as empresas dominarem o discurso sobre a RSE com o argumento filantrópico da gestão social, o próximo passo será institucionalizar os critérios de julgamento de eficiência dessas ações, seja por conta própria ou por sua terceirização através de ONGs e outras organizações do terceiro setor. Esse processo já está em curso e é muito facilitado pela ausência de pesquisas significativas sobre o tema que não sejam oriundas do setor empresarial. O Ipea (2000) procedeu a uma atualização da sua pesquisa em 2003, mas o que, de fato, realizou-se no período foram as pesquisas de Ethos-Akatu (2004) e da Fiesp (2003) sobre o consumo consciente, informação que, naturalmente, muito lhes interessa.

Para atender aos objetivos do artigo, apresentaremos uma atualização sobre o campo da RSE e, em seguida, considerações sobre o marco teórico utilizado, item importante para justificar a apreciação dos autores sobre o tema. Na metodologia, mostraremos os procedimentos do levantamento bibliométrico. Na análise dos resultados, mostraremos as correlações entre os autores e os grupos de conhecimentos, por meio de um mapa perceptual, utilizando a técnica de análise de correspondência. Em seguida, apresentaremos nossas considerações finais.

RSE: um movimento em busca de conceito

O maior desafio da RSE no Brasil é intensificar o diálogo entre todas as partes envolvidas para ampliar a compreensão do seu significado e alcance. O movimento se desenvolveu em nosso país, com uma velocidade notável, a partir do final da década de 1990,

principalmente, por intermédio do grande impulso proporcionado pelos institutos e fundações. O grande avanço alcançado foi registrado pelos meios de comunicação que a ele deram uma atenção privilegiada, contribuindo para sua difusão. Como em todos os avanços rápidos, o movimento da RSE ressentiu-se de uma reflexão mais aprofundada sobre os problemas que a originaram, em contraste com a profusão de ferramentas, relatórios sociais e modelos de gestão social disponibilizados em dezenas de sítios, publicações periódicas e livros. As empresas se moveram rapidamente para impor, à agenda de discussão, o ponto de vista do modelo de gestão mais favorável a elas. Em reforço a esse argumento, a pesquisa de Iizuka e Sano (2004) sobre o terceiro setor mostra que a produção dessa área sofre os mesmos problemas por nós levantados para a RSE: uma excessiva concentração nos aspectos operacionais e pouca reflexão crítica. Sem desmerecer a importância de conhecimentos e análises gerenciais/instrumentais, “um setor que se propõe a transformar a realidade ou as condições sociais, políticas e econômicas deve evoluir e transitar em áreas menos normativas e assuntos que não estejam restritos às necessidades imediatas e ‘prementes’ desta área/setor” (IIZUKA; SANO, 2004, p.12).

É importante destacar que, no início da década de 2000, esboçava-se a tentativa de se classificar as iniciativas sociais empresariais sob a rubrica de investimento social privado, o que garantiria uma diferenciação para as tradicionais rubricas de filantropia e caridade, que perpetuam a imagem do empresário paternalista. A questão é como conciliar investimento privado para fins privados, cujos resultados retornam para as empresas, e investimento privado para fins públicos, que tem como objetivo a comunidade.

Para o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), ambos os investimentos beneficiam a sociedade; o primeiro, de forma indireta e o segundo, de forma direta. Assim, as empresas precisam ter uma clara noção de seu pressuposto, assim como do tipo de ações que pretendem realizar, pois resultados de ações sociais devem ser submetidos a métricas diferentes das mercadológicas. Os limites fluídos das fronteiras ficam mais evidentes nessa questão, pois o Gife também considera ser justo que as empresas beneficiem positivamente sua imagem, como um subproduto do investimento social. Assim, o benefício privado, ou público, é estabelecido na intenção estratégica da ação. Não é difícil imaginar que, ao fim e ao cabo, as empresas só precisem de estratégias de comunicação para tirar proveito de ambos os esforços. Essa é uma idiossincrasia do processo ético que permeia a RSE e não que pode ser resolvida por decreto. Um bom exemplo pode ser apreciado por meio da análise de definições encontradas na literatura brasileira. O principal foco dessa questão pode ser encontrado na definição de Borger (2003).

A RSE pode ser vista como uma obrigação moral da gestão empresarial ou como resultado da pressão da sociedade organizada por políticas e legislações que protejam os direitos humanos, promovam melhores condições de trabalho e preservem o ambiente para as presentes e futuras gerações. (BORGER, 2003, p.7)

Como veremos, a tônica dominante nas definições a seguir se baseará em um acorde composto por três elementos principais: valores, ações e relações. Os valores serão éticos, morais, ou culturais; as ações serão dirigidas para algum grupo comunitário, ou social mais amplo, e as relações deverão ser com os *stakeholders*. A ênfase que cada um deles venha a receber, ou as combinações que venha a estabelecer, estarão sempre de acordo com a orientação de seu autor. De qualquer forma, estando a maioria das definições afinadas com esse acorde, a mensuração da eficiência e da eficácia das ações das empresas será igualmente baseada nesses critérios. “A responsabilidade social é mais do que um conceito. É um valor

peçoal e institucional que se reflete nas atitudes das empresas dos empresários e de todos os seus funcionários e parceiros” (MELO NETO; FRÓES, 2001, p.217).

A orientação do Instituto Ethos é fundamentada na abordagem dos *stakeholders*, em consonância com as ligações internacionais que o instituto mantém. Sua parceria nesse quesito inclui organizações empresariais como o Prince of Wales Business Leadership Forum (Reino Unido) e o Business for Social Responsibility (EUA). A definição apresentada foi garimpada em uma das publicações do instituto.

A responsabilidade social empresarial está além do que a empresa deve fazer por obrigação legal. A relação e os projetos com a comunidade ou as benfeitorias para o público interno são elementos fundamentais e estratégicos para a prática da RSE. Mas não é só. Incorporar critérios de responsabilidade social na gestão estratégica do negócio e traduzir as políticas de inclusão social e de promoção da qualidade ambiental, entre outras, em metas que possam ser computadas na sua avaliação de desempenho é o grande desafio (INSTITUTO ETHOS, 2003, p.13).

Apesar da indicação da ultrapassagem da lei para o enquadramento em uma política recomendada de RSE, certa ênfase é colocada no fator “desempenho e estratégia de negócios”. Trata-se de uma situação bastante coerente com os propósitos do Instituto. A ligação entre melhor desempenho das empresas e bem-estar da sociedade é bastante utilizada na literatura das fundações e institutos que ordenam o lado empresarial da RSE. Por um lado, veremos que a despeito do esforço do Ethos, entre o discurso e a prática existe ainda um grande espaço a ser preenchido. Por outro, é imperativo concordar que um grande passo foi dado no sentido de reduzir o isolamento das empresas excessivamente centrado na área dos negócios.

As questões de compromisso moral são sempre muito exploradas nas definições. Não se deve estranhar essa tendência. O fundamento ético e moral é um recurso válido, que não é limitado por uma necessária e longa explanação normativa a respeito dos direitos e deveres sociais das empresas. Pode-se observar o mesmo foco na definição de Patricia Ashley, a autora mais citada na área temática gestão social e ambiental (GSA) do Enanpad entre 2003 e 2006:

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes [...] assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades...[numa visão expandida] é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. (ASHLEY, 2003, p.6-7)

As questões morais aparecem para criar um atalho de compreensão que dispensa as teorias e conceitos apoiados em racionalidades típicas da economia e do mercado. Caso não fosse dessa forma, seria justo esperar que o leitor da definição questionasse a razão de ter que fazer algum esforço extra além do previsto em lei. A ultrapassagem desse obstáculo seria fornecida pela questão moral, que convocaria à colaboração. Esse é um ponto crucial. Leis e normas estão sendo criadas velozmente nas últimas décadas, tratando da preservação do ambiente natural e de espécies ameaçadas, dos direitos dos consumidores, da qualidade de vida no trabalho e da excelência de produtos e serviços, por exemplo. Contudo, apesar desse aparato legal, não há ainda nenhuma lei que obrigue uma empresa a fazer doações. O que existe de importante nesse sentido são as isenções legais oferecidas pela lei em diversos tópicos descritos. Tal fato exige uma análise mais cuidadosa. Deve-se verificar a relação ética ou moral com uma contribuição da qual se irá tirar algum benefício posterior.

Observou-se esse ponto desde que iniciamos o elenco de definições. Não se pode esconder o voluntarismo dessas propostas. Seu caráter normativo e muitas vezes instrumental estabelece as condições de como as coisas deveriam ser. O desejo, ou a recomendação de se estabelecer uma cidadania corporativa, é uma questão exemplar. Longe de estar pacificado, esse processo é idealizado em culturas empresariais que procuram manter uma sinergia nos processos operacionais e emocionais dos funcionários. Entretanto, o discurso de que as pessoas constituem o patrimônio mais importante das empresas não resiste a um processo de *downsizing*.

Outra questão que se observou estar negligenciada nas publicações e também definições foi a da participação do governo. O papel do governo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, é, todavia, de enorme importância para a RSE. Ela pode ser computada, não só por ser o principal agente das ações sociais e de assistência social, mas também por ser o responsável em primeira instância pelas políticas públicas e pela catalisação de projetos voluntários coordenados por ONGs de todos os matizes.

O entendimento de que várias instituições participam da RSE é de fundamental importância para que seja possível estabelecer o verdadeiro tecido que se forma por suas interações. O trabalho é realizado por muitas comunidades, entre elas, a empresarial, a governamental e a social. Não é possível esquecer alguma delas, para que não se corra o risco de atribuir ênfase demasiada a uma ou outra e, com isso, perder a perspectiva e a real dimensão do problema que se tenta solucionar. Deve-se manter esse ponto de vista sempre em destaque para futuros desdobramentos.

Revisão da literatura e marco teórico utilizado

Uma revisão da principal literatura utilizada pelos autores pesquisados nos revela um foco duradouro nas mesmas questões que alimentaram o debate iniciado nos anos 1970 e que tomou força no final da década de 1980 e metade da década de 1990. Torna-se necessário apresentá-la e propor formas de ultrapassá-la, como contribuição teórica ao campo. Para melhor compreensão das forças envolvidas nessa discussão, selecionamos duas linhas principais que concentram as questões mais importantes; a assimetria de suas proposições poderá fornecer uma idéia da intensidade do debate. As classificações encontradas são variadas, de forma que, para as necessidades de nosso caso, desenvolvemos uma taxionomia própria que, no nosso entender, é mais adequada. A primeira linha (FRIEDMAN,1985; JENSEN, 2002), a mais tradicional, postula que as empresas não devem se preocupar com a responsabilidade social e sim com seus afazeres; ou seja, devem se concentrar nos negócios, pois com isso todos saem beneficiados no longo prazo. O principal ponto de tensão para os autores norte-americanos dessa linha é com o possível impacto sobre a lucratividade que ações fora da alçada da empresa podem causar.

Entretanto, um levantamento apresentado por Margolis e Walsh (2003) revela que o ponto de tensão pode ser excesso de zelo dos seguidores da linha contratual. Eles informam que entre 1972 e 2002 foram publicados 127 artigos examinando a relação entre a conduta socialmente responsável das empresas e seu desempenho financeiro. Em 109 artigos, a responsabilidade social das empresas foi tratada como uma variável independente, prevendo resultado financeiro; em 22 artigos, como variável dependente desse resultado, e em somente quatro deles, como ambos os casos. O surpreendente é que 54 artigos (metade) apontaram uma variação positiva, somente sete estudos apontaram relação negativa e os restantes, um misto de resultados. Um claro sinal surge desse resultado, sugerindo que há uma associação positiva e, certamente, pouca evidência de uma associação negativa entre os custos dos programas sociais das empresas e seu resultado financeiro final. (MARGOLIS; WALSH, 2003, p.277).

A segunda linha prega que as empresas devem se envolver com a responsabilidade social, por razões diversas. Dividimos essa linha em três variantes: a estratégica (CARROL, 1999; VENTURA, 2003; WOOD, 1991) – vê oportunidades de negócios no processo; a ética dos negócios (CURADO, 2003; FERREL; FRAEDRICH; FERREL, 2001; KREITLON, 2004; LIPOVETSKY, 2004) – percebe as empresas como agentes morais e portadoras de uma ética empresarial; e a sistêmica (DONALDSON; PRESTON, 1995; FREEMAN, 2000 LOGSDON; YUTHAS, 1997) – que postula o envolvimento das empresas com os diversos públicos de interesse, conhecida também como linha dos *stakeholders*. O Instituto Ethos, que mais tem influenciado as empresas com suas publicações propõe uma combinação dessas três variantes como já mencionamos.

Como podemos perceber, trata-se de duas visões opostas do sistema econômico e social. A primeira é fortemente apoiada no aspecto legal, que garante os direitos dos acionistas de retirar o lucro das operações de suas empresas após o recolhimento dos impostos, taxas e direitos patrimoniais e legais. A segunda se fundamenta em uma visão integrada e idealizada da sociedade, e do sistema econômico, tendo como sustentáculo uma visão mais abrangente das poderosas interações desses dois macrossistemas. Podemos adiantar que a evolução dos acontecimentos tornou a linha tradicional difícil de ser defendida. Embora se tenha conhecimento de que o direito de propriedade é garantido por lei – o que inclui os direitos dos acionistas –, não participar da agenda positiva é uma posição contrária à tendência do movimento global, que deve ser pesada com muito cuidado.

Nossa proposta é um retorno aos fundamentos da questão orientadora da responsabilidade social por parte das empresas – a partir de uma análise mais focada nas distorções do sistema –, com os quais todos parecem estar de acordo, pelo menos, no discurso. Assim, temos que considerar que a RSE trata de um tema que justifica sua importância *prima facie* por conjugar sob um mesmo projeto, duas racionalidades e éticas diversas, no sentido weberiano desses conceitos. A convivência da ética da responsabilidade regente do mundo dos negócios com a ética da solidariedade predominante no mundo social demanda um esforço conciliador (CURADO, 2003; KREITLON, 2004). Embora não excludentes entre si, tampouco antagônicas, são aplicadas a mundos diversos; seu diálogo, povoado por ruídos, demanda freqüentemente intermediações.

O mundo empresarial remete-nos a um território praxiológico, com normas, teorias e pressupostos econômicos específicos. Sua existência é determinada pela lógica de mercado: a instrumentalização de todos os recursos legais possíveis com o objetivo do lucro. A racionalidade que nele impera se volta para as finalidades relativas à lógica mercantil. De outro modo, as ações no âmbito da sociedade adentram um mundo axiológico, onde imperam os valores nas relações entre os indivíduos e deles com as instituições, visando ao melhor arranjo da comunidade. A racionalidade que norteia a vida social se baseia nas convicções. Sua ética é a da solidariedade entre os cidadãos.

Não há conhecimento de alguma sociedade no passado que estivesse envolvida num problema da magnitude do enfrentado hoje, em todo o mundo. A sociedade atual é fortemente centrada no mercado, como resultado da **grande transformação** representada pelo avanço da atividade econômica sobre as outras dimensões da vida social (POLANYI, 2000). Uma vez que os negócios são a lógica central da comunidade, em nenhum outro momento histórico houve predominância tão acentuada da “racionalidade funcional sobre a racionalidade substantiva na sociedade” (RAMOS, 1989). Desde, pelo menos, o século XV, a calculabilidade vem ganhando predominância nas relações sociais, em função da proliferação e popularização dos registros contábeis e controles que tornam as empresas administráveis (SCHUMPETER, 1961). Por motivo semelhante, a burocracia tornou-se o tipo ideal de modo operacional nas organizações (WEBER, 2004).

A predominância da racionalidade funcional sobre a substantiva leva a um discurso monológico e unidimensional, dirigido para valores relevantes aos padrões de mercado. Se o campo da responsabilidade social empresarial for dominado exclusivamente por essa racionalidade, as outras dimensões humanas correm perigo de subjugação. Há necessidade de se restabelecer níveis de atuação e inter-relação das racionalidades e éticas, formais e substantivas da sociedade. Como no *paradigma paraeconômico* de Ramos (1983, 1989), é preciso romper essa centralidade, adotando uma perspectiva multicêntrica. O “espírito do capitalismo” (WEBER, 2004) tem sido invocado, dentro do campo da responsabilidade social empresarial, para creditar às ações sociais das empresas uma evolução de seu modo operacional. Além disso, ainda estaríamos vivendo uma era de transição para um “novo espírito do capitalismo?” (VENTURA, 2003). O tipo de lógica que se destaca, ou impera, no debate constitui um aspecto fundamental nesse artigo. Por essa razão, orientamos o foco, principalmente, para investigá-lo quanto às abordagens que a ele dedicam a comunidade acadêmica.

Metodologia e desenvolvimento

O objetivo de estudo deste artigo é demonstrar a reprodução do discurso de uns poucos autores no campo da RSE. Com esse propósito, procedemos a uma pesquisa bibliométrica nos anais da área temática gestão social e ambiental (GSA) do Enanpad. A razão dessa escolha se deve ao fato de que existe uma concentração do campo da gestão social e ambiental num mesmo guarda-chuva temático, facilitando a seleção dos trabalhos mais pertinentes ao objetivo da pesquisa. A área sob essa denominação foi criada em 2003, e antes desse período, os artigos que tratavam desse tema estavam distribuídos entre as diversas outras áreas. Entre 2003 e 2006, o total da produção foi de 198 trabalhos, agrupados para atender aos propósitos desse estudo, conforme a tabela 1:

Tabela 1
Divisão dos temas da GSA entre 2003 e 2006

Grupo	2003	2004	2005	2006	Total	%
Fundamentos	3	5	7	5	20	10
Sustentabilidade	16	27	25	23	91	46
ONGs	10	19	11	14	44	22
Gestão	10	13	8	12	43	22
Totais	39	64	51	54	198	100

Fonte: os autores

Os 20 artigos que formam o grupo “fundamentos” – foco desta pesquisa e, em destaque na tabela – foram selecionados com base na proposta de se discutir e propor questões fundamentais sobre a RSE, ou seja, as necessidades e razões que se impõem às empresas e à sociedade em geral e, posteriormente, divididos por referenciais teóricos específicos. Os demais artigos foram agrupados por sua proposta temática de dirigir o foco principal para as ações das empresas e, portanto, não se enquadravam em nosso objetivo. Esse foi o caso do grupo de 43 artigos que contemplou a “gestão”, como também dos 91 artigos que enfocaram os aspectos de “sustentabilidade”. Também foi o caso dos 44 artigos que abordaram o tema das ONGs, descartados por cobrirem o lado de instituições do terceiro setor e não as empresas de negócios.

Não é difícil perceber a importância dessa divisão para o nosso argumento. Somente 10% dos artigos se propõem discutir as questões fundamentais sobre a RSE. Os outros se concentram em questões operacionais – ou extramuros da empresa –, incluindo a

sustentabilidade, que se tornou ponto pacífico em função de seu apelo midiático, mas que se concentra na questão ambiental e, em alguma medida econômica, afasta-se da relação da empresa com as questões sociais.

O grupo “fundamentos” foi, por sua vez, dividido em três subgrupos, de acordo com sua proposta de discutir os fundamentos. O subgrupo 1 (G1) foi denominado “desenvolvimento” em razão de seus artigos proporem algum tipo de análise desenvolvimentista relativa aos propósitos de atuação das empresas; o subgrupo 2 (G2), “legitimidade”, teve seus artigos agrupados em torno do tema da busca pelas empresas de um atestado justificador de atuação social; e finalmente, o subgrupo 3 (G3), “conceitos”, cujos artigos buscavam uma reflexão sobre os fundamentos teóricos e/ou conceituais sobre origens, ou motivos, da adoção da RSE pelas empresas. A escolha foi realizada após análise de cada um dos artigos. Os critérios utilizados são de responsabilidade dos autores e constituem uma amostra cujos resultados não permitem fazer extrapolações, a não ser dentro do universo pesquisado.

A pesquisa bibliométrica revelou ainda um dado preliminar interessante que é a importância dos artigos do próprio Enanpad como fonte de referências para os autores: do total de 611 referências dos grupos G1 a G3, 57 foram produzidas em seus anais, um total de nove, 33% das referências, assumindo um significativo primeiro lugar entre as fontes. A utilização das metodologias segue o esquema mostrado na tabela 2, reforçando a percepção de que existe uma predominância dos estudos empíricos, mesmo na amostra escolhida que, lembramos, propõem-se a discutir fundamentos da RSE. Os 12 estudos que utilizaram os métodos de caso e campo representam 60% das metodologias utilizadas. Contudo, essa questão está longe de oferecer uma conclusão, pois todos os estudos se propunham a refletir sobre as razões de utilização da RSE pelas empresas. Aqueles que lançaram mão de casos e evidências empíricas o fizeram com o legítimo propósito de evidenciar suas hipóteses ou premissas de pesquisa. Esses dados servem somente para mostrar que a reflexão tem sido sustentada mais pelos estudos empíricos do que pela tentativa de modelar conceitualmente o campo, bastante fragmentado, da RSE. Mais à frente ficará evidente que o foco dos estudos se situa primordialmente em um rol de autores que se repetem nos três grupos e que as tentativas de adoção de novos autores esbarra na tendência de se permanecer na zona de conforto do referencial conhecido e atestado pelos pesquisadores anteriores.

Tabela 2

Metodologia utilizada pelos grupos G1 a G3

Tema	Artigos	Bibliografia	Caso	Discurso	Campo
G1 – Desenvolvimento	5	1	3	0	1
G2 – Legitimidade	9	2	3	1	3
G3 – Conceitos	6	4	0	0	2
Totais	20	7	6	1	6

Fonte: os autores.

O dado relativo às escolhas da bibliografia imediatamente salta aos olhos e reforça a percepção de que existe, por um lado, uma fragmentação do campo de pesquisa que facilita a sua institucionalização e, por outro, a reprodução monológica do discurso das empresas, com foco primordialmente operacional, no meio acadêmico. A presença de Ashley (2003) e Melo Neto e Fróes (1999, 2001) demonstra a tendência, mencionada antes, de se permanecer dentro dos limites conhecidos. Tal questão não é perniciosa de *per si*, mas evidencia que as obras gerais predominaram na amostra, o que é reforçado pela presença de Clegg e Hardy, por meio do seu conhecido *Handbook de estudos organizacionais*, uma importante obra geral que não contempla o tema da RSE em si mesmo. O livro *Ética e responsabilidade social nos negócios*

(ASHLEY, 2003) tornou-se importante por oferecer uma visão geral do tema e uma obra utilizada pela maioria dos pesquisadores *a posteriori*. A tabela 3 mostra a distribuição até quatro referências distribuídas pelos 20 artigos do grupo “fundamentos”.

Para analisar as correlações entre os autores e os grupos 1, 2 e 3 foi construído um mapa perceptual utilizando a técnica de análise de correspondência. Essa técnica de análise multivariada é, atualmente, a mais indicada quando buscamos a identificação de similaridade entre grupos de atributos e variáveis nominais (HAIR et al, 2005). No nosso caso, os atributos serão as áreas de conhecimento dentro das quais os autores serviram de referência e as variáveis serão os autores.

Tabela 3

Distribuição dos artigos pelo grupo fundamentos (no mínimo, quatro referências)

Artigo	Total
Ashley, P. A. (Coord.). <i>Ética e responsabilidade social nos negócios</i> . São Paulo: Saraiva, 2003.	9
Melo Neto, F. P. & Fróes, C. <i>Responsabilidade social & cidadania empresarial – a administração do terceiro setor</i> . Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.	7
Melo Neto, F. P. & Fróes, C. <i>Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro</i> . Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.	6
Cheibub, Z. & Locke, R. <i>Valores ou interesses? Reflexões sobre a responsabilidade social das empresas</i> . In: Kirschner, Gomes & Cappellin (Org.).	5
Clegg, S., Hardy, C. & Nord, W. (Org.). Caldas, M.; Fachin, R.; Fischer, T. (Org. brasileiros) <i>Handbook de estudos organizacionais</i> . São Paulo: Atlas, 1999.	5
Carrol, A. B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organization stakeholders. <i>Business Horizons</i> , v.34, n.4, p.39-48, jul./ago. 1991.	4
Freeman, R. E. <i>Strategic management: a stakeholder approach</i> . Boston: Pitman, 1984.	4
Friedman, M. <i>Capitalismo & liberdade</i> . São Paulo: Artenova, 1977.	4
Srouf, R. H. <i>Ética empresarial</i> . Rio de Janeiro. Campus, 2000.	4
Srouf, R. H. <i>Poder, cultura e ética nas organizações</i> . 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.	4
Ventura, E. C. F. <i>Responsabilidade social das empresas sob a óptica do “novo espírito do capitalismo”</i> . 27º. Anais... Atibaia: Anpad, 2003.	4
Vergara, S. C. <i>Projetos e relatórios de pesquisa em administração</i> . São Paulo: Atlas, 1997.	4
Wood, D. J. Corporate social performance revisited. <i>Academy of Management Review</i> , v.16, n.4, p.691-718, Oct.1991.	4

Fonte: os autores.

Neste estudo, a análise de correspondência foi feita a partir da matriz com o número de citações de cada autor classificadas nos grupos G1, G2 e G3. No nosso caso, utilizamos como critério de corte autores que tivessem sido citados ao menos cinco vezes.

A tabela 4 apresenta os dados utilizados:

Tabela 4
Autores mais utilizados no grupo fundamentos (com no mínimo cinco citações)

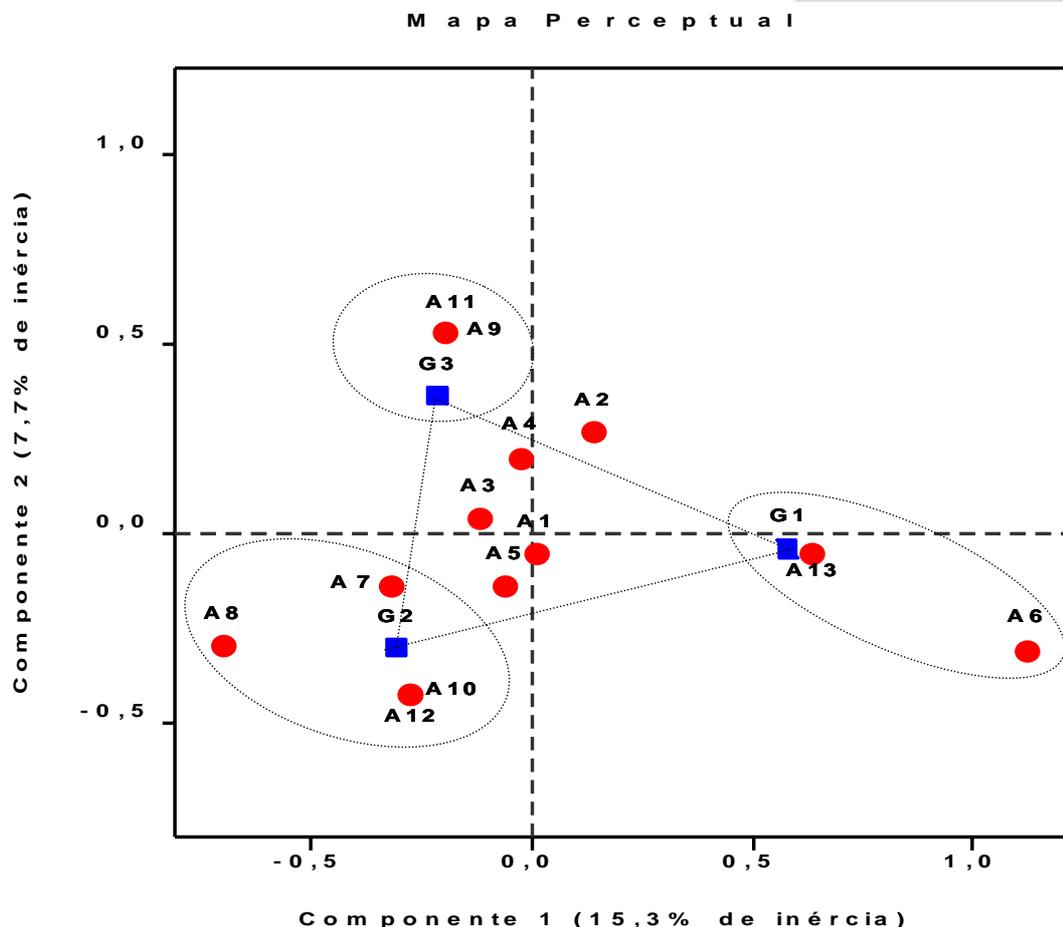
Autor	Código do Autor	Número de Citações		
		Grupo 1 Desenvolvimento	Grupo 2 Legitimidade	Grupo 3 Conceitos
Ashley, P. A.	A1	5	6	5
Carrol, A. B.	A2	5	3	6
Srour, R. H.	A3	2	3	3
Friedman, M.	A4	2	2	3
Melo Neto, F.P. & Froes, C	A5	2	3	2
Weber, M.	A6	5	1	0
Freeman, R. E.	A7	1	3	2
Instituto Ethos	A8	0	4	2
Schommer, P. C.	A9	1	1	3
Cheibub, Z. & Locke, R.	A10	1	3	1
Clegg, S. et al	A11	1	1	3
Ventura, E. C. F.	A12	1	3	1
Maignan, I.	A13	3	1	1

Fonte: os autores.

É importante ressaltar que a tabela 3 apresenta os artigos e seus autores e a tabela 4, somente os autores. Para sua composição foram consideradas todas as referências relativas a um determinado autor. Por esse critério, foram incluídos, Weber (A6), o Instituto Ethos (A8), Schommer (A9) e Maignan (A13). Pelo critério adotado de cinco citações, saíram da lista Vergara e Wood, presentes na tabela anterior.

Um mapa perceptual resultante da análise de correspondência e baseado nos dados da tabela 4 está representado na figura 1.

Figura 1
Mapa perceptual resultante da análise de correspondência dos grupos G1 a G



Fonte: os autores.

Os coeficientes de inércia das duas componentes foram baixos (15,3% e 7,7%). Todavia, constatou-se que os eventos reunidos em torno dos grupos G1, G2, e G3 e marcados na figura 1 com três elipses são dependentes estatisticamente. Verificou-se o fato de que se um determinado artigo estiver classificado em um dos grupos G1, G2 ou G3 (dentro do universo que foi considerado), isso aumenta a probabilidade de que os artigos dos autores próximos a esse grupo de conhecimento no mapa perceptual sejam citados. Além disso, há um grupo de autores que está posicionado de maneira aproximadamente equidistante das três regiões, no centro de um triângulo que tem como vértice os grupos G1, G2 e G3. Isso denota o fato de que há citações desses autores distribuídas quase uniformemente nas três áreas.

Análise dos principais resultados

O mapa perceptual resultante da análise de correspondência dos grupos G1 a G3 apresentados na tabela 4 revelou alguns pontos emblemáticos que reforçam nossa argumentação de isomorfismo de referências bibliográficas na amostra estudada. Os autores

que estão dentro das elipses evidenciam as escolhas de referências dos referidos grupos para justificar sua argumentação.

Os autores no centro da figura 1 são aqueles que estão equidistantes dos outros vértices (elipses) e, portanto, podem estar presentes em qualquer um deles. É o caso de Srour (A3), cujas obras citadas remetem à questão da ética e da cultura empresariais, e que poderiam estar presentes sem problemas dentro de G2 – legitimidade. Ashley (A1) e Melo Neto e Fróes (A5), que possuem obras gerais sobre a RSE, estão numa posição bastante condizente com sua proposta. Um caso que suscita certa dúvida é o de Carroll (A2), que está situado em posição equidistante de G1 e G3, e que por sua proposta de desenvolver modelos interpretativos e por sua importante contribuição na revisão bibliográfica da evolução do campo de estudos da RSE – da qual, deve ser dito, foi participante de primeira hora –, deveria estar no centro da figura, pois serve igualmente, ao outro grupo, o G3.

No grupo G1 – desenvolvimento, temos a presença de Weber (A6), autor que inspira interpretações que remetem às origens do capitalismo e aos estudos da burocracia das empresas, além de Maignan (A13), cujos estudos remetem a uma apreciação da cidadania empresarial e à visão do público consumidor sobre as ações. Ambos os autores são bastante apropriados para o tema, mas também poderiam estar presentes no grupo de legitimidade com maior peso.

No grupo G2 – Legitimidade aparece a maior concentração de autores entre as três elipses. A presença de Freeman (A7) revela a importância da abordagem dos *stakeholders* para a justificativa de uma atuação integrativa das empresas em suas atividades, legitimando seu papel. O Instituto Ethos (A8) marca presença nesse grupo, mas poderia estar em outros que, tampouco, exploraram suas publicações como referência para a argumentação de legitimidade, por sua abordagem mesclando voluntarismo, ética nos negócios e modelo dos *stakeholders*, conforme já argumentamos anteriormente. Cheibub e Locke (A10) fazem uma reflexão baseada na dicotomia de valores empresariais e interesse de mercado, que ajuda muito a refletir sobre o papel da RSE nas empresas. Quanto a Ventura (A12), teria presença garantida nos outros grupos, por oferecer, para dizer o mínimo, uma reflexão conceitual bastante apropriada sobre a institucionalização das provas de cooperação que o sistema capitalista necessita para se legitimar através do tempo.

No grupo G3 – conceitos, aparece Schommer (A9) contribuindo para formar uma visão da cooperação entre ONGs e empresas de negócios, e a partir daí pensar o papel dessa relação na formação da RSE. Clegg e Hardy (A11) são os organizadores do *Handbook de estudos organizacionais*, como já mencionamos, que fornece uma visão do estado da arte da pesquisa naquela área, mas sem nada mais específico que contribua para a RSE.

Pode-se, pelo exposto anteriormente e demonstrado nas tabelas e no mapa, perceber dois movimentos aparentemente opostos. Por um lado, temos a concentração de uns poucos autores e artigos que pouco acrescentam ao que já foi dito antes, dificultando a adoção de novos modelos conceituais e de autores que poderiam contestar o atual curso reprodutor e gerar alguns poucos debates, que seja, e permitam escapar do discurso monológico atual. Essa concentração é evidenciada pelo fato de que para o total das 611 referências dos três grupos, o total de 20 artigos da amostra contribui com 102 citações apresentadas nas tabelas anteriores – destas, temos outros nove artigos com 27 citações que não foram apresentados nas tabelas anteriores por questão de espaço. Por outro lado, o levantamento bibliométrico também revelou que 509 referências estão distribuídas por um sem número de artigos que obtiveram duas ou uma citação. Com esses números, parece que se confirma a lei de Lotka, pela qual a

distribuição das citações obedece a uma concentração de 60% dos autores contribuindo com uma citação, 15% com duas citações, 7% com três citações e assim por diante.³

Tal fato mostra, sem dúvida, que existe uma fragmentação do campo de estudos da RSE, que não se alcançou os aspectos positivos que poderia revelar novos talentos e propostas para o campo. O fato dos autores estarem sendo adotados dentro de um período de quatro anos sem conseguirem alcançar o grupo dos mais citados parece revelar que eles não inspiraram soluções de continuidade, pelo menos, até o presente momento.

Com essa disposição, evita-se o debate e se institucionaliza a discussão, o que pode ser confirmado pelos números apresentados. Essa questão é emblemática, pois acaba ocorrendo um isomorfismo de autores, retroalimentando o processo de reprodução. Poucas pesquisas foram apresentadas para sustentar os levantamentos de campo e estudos de caso, como a da Fiesp (2003), do Ethos-Akatu (2004) e do Ipea (2000), que muito podem contribuir para a fundamentação do conceito da RSE no caso brasileiro (GOMES; MORETTI, 2007, cap.8).

Assim, os resultados parecem mostrar que o debate acadêmico tem um papel crucial a desempenhar no estabelecimento de uma pauta de pesquisas e discussões que possibilite embasar a prática das ações sociais e a responsabilidade de cada agente no processo dessas ações. Independentemente do desenvolvimento conceitual, é preciso destacar que na prática a RSE combina argumentos que têm origem em linhas epistemológicas opostas. Se elas serão capazes de conviver no mesmo espaço, como as éticas da responsabilidade e dos valores, é uma questão a ser analisada.

Considerações finais

Voltamos ao ponto de origem deste artigo, certos de que as indagações iniciais, no que concerne ao marco teórico do campo de estudos da responsabilidade social empresarial, conduziram-nos para a confirmação de que ele é marcado por uma reprodução de autores e artigos. Sua fragmentação, no que pudesse ter de benéfica pela adoção de novos autores e trabalhos, perde-se pela não utilização das novas propostas em estudos posteriores. O mapa perceptual resultante da análise de correspondência revelou que a escolha dos poucos autores da amostra acaba por gerar um efeito de profecia auto-realizável pela qual um autor remete a uma bibliografia que é utilizada pelos autores subseqüentes, estabelecendo um ciclo que parece não ter sido interrompido. O exemplo de Ashley e Carrol dentro do período analisado é bem claro a respeito. Não por acaso, são os dois autores mais citados.

Apesar das poucas publicações lançadas no mercado editorial, uma simples passagem pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) mostra que no período de 2000 a 2007 foram registradas 80 teses contendo o nome de RSE no seu título, 34 contendo responsabilidade social corporativa (RSC), entre 1998 e 2007, e outras seis contendo responsabilidade social nos negócios (RSN), entre 1996 e 2007. Embora esses estudos estejam divididos por várias abordagens, como na amostra, sua vantagem é a extensão que permite, ao contrário dos artigos pesquisados, aprofundar o marco teórico de suas argumentações. O próprio Enanpad vem se tornando, com 9,33% das citações na amostra, uma fonte importante de pesquisa que pode crescer mais, pois esse número está disperso entre os artigos menos citados. Artigos como os de Macke e Carrion (2006), Passador et al (2005) e Pereira e Campos (2006) podem inspirar estudos futuros.

Acreditamos na iniciativa de se adotar novos autores, cada pesquisador tentando dar uma nova contribuição, um novo aspecto para o campo. Contudo, o resultado desse esforço,

³ Lotka (1926) fundamentou a lei do quadrado inverso, pela qual os número de autores que fazem n contribuições em um campo científico específico são aproximadamente $1/n^2$ daqueles que fazem uma só contribuição.

ao que tudo indica, revelou-se, em grande medida ineficiente, pois a concentração de autores no mapa perceptual e nas tabelas mostra que se trata de um campo previamente definido, no qual impera a investigação dos aspectos operacionais, não do questionamento do papel que os atores devem representar. Parece que o efeito gravitacional exercido pelos autores mais citados continua um grande incentivo para permanecer, ao fim e ao cabo, na zona de conforto. A questão que fica patente, ao final da análise do marco teórico e empírico, parece com a anedota dos cegos e do elefante, cada um procura impor sua versão da história, com pouco esforço para interagir vetores e estabelecer critérios que investiguem as razões de fundo e incentivem o debate.

A busca de um referencial dentro da zona de conforto por parte dos autores pesquisados na amostra demonstrou a preocupação manifestada no início, no sentido de que o discurso da RSE tem um forte componente reprodutor. Observou-se que os autores lançam mão de referências gerais para transitar dentro do árido campo dos modelos conceituais que se aproximam um do outro (PEREIRA; CAMPOS, 2006). Essa questão é emblemática, pois tal concentração acaba retroalimentando o processo monológico que muito interessa às empresas, pois nos afasta do verdadeiro núcleo da questão, ou seja, a complexidade das relações sociais, pautadas na ética da solidariedade.

Caso a comunidade acadêmica seja envolvida pela argumentação da ética das finalidades das empresas, perderá os valores de solidariedade e compartilhamento, que pautam a sociedade civil. Dar mais atenção aos aspectos operacionais e subjugar organizações do terceiro setor à lógica organizacional equivale a concordar que se deva administrar uma instituição de caridade segundo os mesmos critérios aplicados a uma fábrica. Embora haja uma disposição crescente para aceitar tal fato, ele deve ser ao menos discutido. No entanto, esse tema tem sido negligenciado pelo pensamento hegemônico sobre a RSE, e ampliar o debate nesse quesito poderá trazer benefícios gerais.

A abertura desta questão tem um papel crucial a desempenhar no estabelecimento de uma pauta de pesquisas e discussões que possibilite embasar a prática das ações sociais e a responsabilidade de cada agente no processo dessas ações. Naturalmente, as definições e proposições sobre a RSE variam conforme o contexto em que são formuladas. À medida que novos horizontes de atuação das empresas vão surgindo, observa-se a flexibilização das abordagens sobre o papel que estas devem desempenhar na sociedade. O mesmo pode-se dizer das pressões da sociedade à medida que agravam as desigualdades e a agressão ao meio ambiente em função do crescimento econômico desenfreado. Independentemente do desenvolvimento conceitual, é preciso destacar que na prática, a RSE combina argumentos que têm origem em linhas epistemológicas opostas. Se elas serão capazes de conviver no mesmo espaço, como as éticas da responsabilidade e dos valores, é uma das questões que propomos venha a ser incluída com mais frequência pela comunidade acadêmica

Referências

- ASHLEY, P. A. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Traducción: Marisa Péres Colina et al. Madrid: Ediciones Akal, 2002.
- BORGER, F. *Responsabilidade Social: efeitos da atuação social na dinâmica empresarial*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia e Administração, 2001
- CARROL, A. B. Corporate social responsibility. **Business and Society**, n.38, v.3, p.268-295, 1999.
- CURADO, I. B. Responsabilidade legal, responsabilidade social: uma questão de autoridade? In: **Anais do XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Campinas, 2003
- DONALDSON, T; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, v.20, n.1, Jan. 1995.
- FERREL, O. C., FRAEDRICH, J.; FERREL, L. **Ética empresarial – dilema, tomada de decisões e casos**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Ed., 2001.
- FIESP/CIESP – Federação e Centros das Indústrias do Estado de São Paulo. *Responsabilidade Social Empresarial – Panorama e Perspectivas da Indústria Paulista*. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/pesquisarse>.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*, 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985
- FREEMAN, R. E. Business ethics at the millennium. **Business Ethics Quarterly**, v.10, n.1, p.169-180, 2000.
- GOMES, A.; MORETTI, S. L. A. **A responsabilidade e o social: uma discussão sobre o papel das empresas**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- HAIR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- IIZUKA, E. S.; SANO, H. O terceiro setor e a produção acadêmica: uma visita aos anais do Enanpad de 1990 a 2003. In: **Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Curitiba: 2004
- INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: percepção do consumidor brasileiro**. Pesquisa 2002. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/>
- _____; INSTITUTO AKATU – Responsabilidade Social Empresarial, Percepção do Consumidor Brasileiro, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/>

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - *Ação Social das Empresas no Brasil: quem são e onde estão*. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.org.br/asocial>

_____ *Ação Social das Empresas - região Sudeste*. <http://www.ipea.gov.br/asocial/>

JENSEN, M. C. Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. **Business Ethics Quarterly**, v.12, n.2, p.235-256, 2002.

KREITLON, M. P. A ética nas relações entre empresas e sociedade: fundamentos teóricos da responsabilidade social empresarial. In: **Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Curitiba: 2004

LIPOVETSKY, G. **Metamorfoses da cultura liberal** – ética, mídia e empresa. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2004.

LOGSDON, J. M.; YUTHAS, K. Corporate social performance, stakeholder orientation and organizational moral development. **Journal of Business Ethics**, vol.14, pp. 1213-1226, Sep. 1997.

MACKE, J.; CARRION, R. M. Programas sociais corporativos: a importância da abordagem transdisciplinar. In: ENANPAD, 2006. In: **Anais do XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Salvador: 2006

MARGOLIS, J. D.; WALSH, J. P. Misery loves companies: rethinking social initiatives by business. **Administrative Science Quarterly**, n.48, p.268-305, 2003.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, E. S. C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro** – da filantropia tradicional à filantropia de alto rendimento e ao empreendedorismo social. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 2001.

PASSADOR, C. S.; CANOPF, L.; PASSADOR, J. L. Apontamentos sobre a responsabilidade social no Enanpad: a construção de um conceito? In: **Anais do XXIX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Brasília: 2005

PEREIRA, W. A.; CAMPOS, L. A. N. Investigação sobre as semelhanças entre os modelos conceituais da responsabilidade social corporativa. In: **Anais do XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Salvador, 2006

POLANYI, K. **A grande transformação** – as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, A. G. **Administração e contexto brasileiro** – esboço de uma teoria geral da administração. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1983.

_____. **A nova ciência das organizações** – uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução: Mary Cardoso. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1989.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

VENTURA, E. C. F. **Responsabilidade social das empresas sob a óptica do “novo espírito do capitalismo**. In: **Anais do XVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD**, Campinas, 2003

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução: José M. M. Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOOD, D.J. Corporate Social Performance. **Academy of Management Review**, vol.16, n. 14, pp 691-718, 1991

www.rgsa.com.br